

# Relatório e Contas 2019



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Em cumprimento das políticas internas de boa governação, o CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP) apresenta o Relatório e Contas referentes ao ano 2019, acompanhado pelos Pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, bem como um breve resumo das principais realizações levadas a cabo pela organização no referido ano, de acordo com o Plano Anual, cujo referente é o Plano Estratégico (2019-2024).

## Missão

Promover a integridade na esfera pública em Moçambique, através da denúncia da corrupção e de irregularidades, em geral, e da advocacia da consciencialização pública e a favor das boas práticas na gestão do bem comum.

## Visão

Um país onde os agentes públicos e privados agem com integridade e probidade na esfera pública, contribuindo para uma gestão pública democrática, transparente e em conformidade com a lei.

## Princípios Fundamentais Orientadores

As acções do CIP são orientados pela integridade, a transparência, a prevenção da corrupção e a boa governação.

## Relatório Programático

O presente relatório tem por objectivo apresentar os principais resultados dos trabalhos realizados pelo CIP durante o ano de 2019 e centra-se naqueles que foram os resultados alcançados pelas actividades levadas a cabo pelos quatro pilares, nomeadamente: Indústria Extractiva, Finanças Públicas, Instituições Democráticas de Controlo e Quadro Regulador e Parcerias Público Privadas, sem descuidar a transversalidade de cinco pólos temáticos de abordagem institucional que compõem a área programática, que compreendem o Jornalismo Investigativo, o Programa de Eleições, as Dívidas Ilegais ou ``Ocultas``, a Sensibilidade de Género, as Estratégias de Comunicação e o Programa de Saúde. Portanto, destacar-se-ão apenas os resultados alcançados em detrimento da descrição do plano anual de actividades daquele ano.

Este relatório descreve os resultados alcançado pelas diversas actividades desenvolvidas pelo CIP, bem como a respectiva execução financeira.

O relatório é constituído por 2 blocos, sendo o primeiro programático e o segundo referente à administração e finanças.

## 1. Indústria Extractiva

O resultado de longo prazo esperado por este pilar foi a sua contribuição para o incremento da transparência do sector extractivo. Para o alcance deste resultado, foi feita uma campanha de advocacia internacional para a inclusão na iniciativa EITI e obrigatoriedade na publicação dos contratos do sector extractivo, que teve como resultado a aprovação pelo board a nível internacional da EITI do padrão que inclui a obrigatoriedade da publicação dos contratos do sector extractivo. No âmbito da operacionalização da Alta Autoridade da Indústria Extractiva (AAIE) como órgão independente (ou autónomo), conseguiu-se, através da intervenção do CIP e outras organizações da sociedade civil, que a referida autoridade prestasse contas ao parlamento e não ao Governo. Ou seja, a AAIE deve prestar contas à Assembleia da República e não ao

Conselho de Ministros, conforme se tinha proposto.

## 2. Parcerias Público Privadas

Neste pilar, o que se espera, a longo prazo, é garantir uma maior monitorização dos concursos públicos, com vista a promover a equidade e a transparência da actividade privada versus sector público. Acções de advocacia e pesquisa realizadas pelo pilar, resultaram no incremento e melhoramento do debate público pela imprensa e sociedade sobre a manipulação do procurement público. O Governo não renovou, em 2019, o contrato de concessão de gestão do Porto de Nacala ao Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) e consequente subconcessão à empresa Portos do Norte - uma empresa rent seeker da elite política moçambicana, devolvendo a gestão do Porto à Empresa Pública Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM). O contrato de concessão da gestão do Porto de Nacala à CDN foi assinado no ano 2000, resultado de uma adjudicação sem concurso público, que entrou em vigor em 2005 e terminou em 2020. Este é resultado do estudo realizado no ano de 2015, onde o CIP denunciou que a gestão do Porto de Nacala era danosa, prejudicando o Estado em 25 milhões de dólares de renda e impostos, até 2009, e recomendou que o Governo não devia renovar o contrato com o Corredor do Norte.

## 3. Finanças Públicas

O terceiro pilar programático (receitas e despesas públicas) tem como objectivo promover a transparência e a melhoria dos processos de prestação de contas na gestão de finanças públicas no que concerne à

mobilização de recursos, execução da despesa e gestão da dívida pública. As análises que têm sido feitas pelo pilar aos diferentes documentos orçamentais contribuíram para que o MEF anunciasse que tem estado a realizar reformas no sistema de planificação e orçamento que culminarão, a partir de 2020, na apresentação do PES e OE integrados no mesmo documento. As acções de advocacia para a reestruturação da dívida da EMATUM tiveram impacto na suspensão temporária das negociações para a reestruturação da dívida da EMATUM pelo MEF logo após a declaração de nulidade da dívida pelo CC, como resultado de um encontro convocado pelo ministro das Finanças, do qual o CIP fez parte e emitiu o seu parecer.

## 4. Instituições Democráticas de Controlo e Quadro Regulador

Este pilar teve como um dos seus maiores destaques o contributo para a subida de Moçambique no Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional - 2019, na ordem dos 12 pontos, derivado do trabalho realizado no âmbito do processo das ‘dívidas ocultas’, o que conduziu a que a PGR acusasse mais de 20 agentes envolvidos no mesmo. Este facto contribuiu para que a sociedade aumentasse os níveis de confiança sobre o desempenho dos órgãos do judiciário. Outrossim, tem havido um maior reconhecimento por parte do Governo, de que a corrupção deve ser controlada no sector público e que, para tal, é necessário que todos os agentes do Estado participem de forma afinçada nessa acção, como tem sido recorrentemente destacado pelo Presidente da República nas suas várias intervenções públicas.

## 5. Áreas Transversais

### 5.1 Jornalismo Investigativo

Nesta área, o CIP investiga assuntos de relevância para o público, mas cujos factos não são do conhecimento geral, tais sejam as nuances dos conflitos de interesses empresariais. No período em reporte, investigou o caso da venda de carta de condução pelo Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INATTER) que, por sua vez, iniciou a campanha de apreensão de cartas de condução emitidas ilegalmente, resultando na instauração de processos disciplinares contra 28 funcionários corruptos no INATTER. O Governo de Moçambique, através do Decreto 86/2019 passou a exigir “idoneidade” às escolas de condução em Moçambique (in A Verdade de 26.12.2019).

### 5.2 Programa de Eleições

O objectivo do Programa de Observação Jornalística das Eleições Gerais e das Assembleias Provinciais era contribuir para a integridade do processo eleitoral, redução de casos de fraude, de violência e de intimidação, através de uma cobertura jornalística assente na denúncia e exposição de irregularidades. Sendo 2019 um ano eleitoral, foi uma oportunidade para que o CIP actuasse como watchdog do processo, tendo-o o feito em todas as suas fases. A pesquisa, exposição, consciencialização e advocacia foram as estratégias de intervenção que resultaram na revogação do princípio de impugnação prévia no contencioso eleitoral, permitindo desta forma que os tribunais possam julgar os processos de conflitos eleitorais sem a obrigatoriedade da matéria ser inicialmente remetida aos órgãos de

administração eleitoral. As manipulações do recenseamento eleitoral foram expostas e debatidas de forma exaustiva pela sociedade e por entidades estatísticas oficiais, o que permitiu que fossem julgados e condenados Membros de Mesa de Votação (MMV) envolvidos na fraude eleitoral (agentes do Estado responsabilizados pela corrupção eleitoral).

### 5.3 Dívidas Ilegais ou “Ocultas”

Espera-se, nesta área, garantir o não pagamento das dívidas ocultas. O CIP engajou-se na advocacia baseada em evidências para o não pagamento das dívidas ocultas em contexto político de ano eleitoral, o que levou o Governo a investir na manipulação da imprensa do sector público e privado para escamotear informação sobre as dívidas ocultas e assim proteger a sua imagem e do partido no poder da opinião pública crítica. Das actividades realizadas neste âmbito, tivemos como resultado: (i) O cancelamento da extradição do deputado Manuel Chang para Moçambique; (ii) Declaração de nulidade das dívidas da EMATUM pelo Conselho Constitucional; (iii) Início do processo judicial do Governo contra a Credit Suisse e a Privinvest, para o cancelamento da dívida de US\$ 622 milhões da ProIndicus (equivalente a aproximadamente 31% do total das dívidas ocultas de US\$ 2.007 milhões) e para a partilha de responsabilidades da dívida da MAM US\$ 535 milhões); (iv) Detenção e constituição dos arguidos envolvidos na contratação e gestão das dívidas ocultas; (v) Mobilização de deputados para manter o assunto das dívidas ocultas na ordem do dia na Assembleia da República, questionando o Governo nas sessões de perguntas e respostas.

### 5.4 Sensibilidade de Género

Prevía-se a integração de normas e valores sobre o género em todas as acções do CIP, de modo a permitir uma maior participação social, económica, política e cultural da mulher no país, e conseguiu-se. Para além disso, foram capacitados 101 professores sobre aspectos teórico-práticos constantes do Código de Conduta, dos quais 44 estão já a fazer a réplica em 28 escolas; Foram capacitados 101 professores sobre atitudes e comportamentos em questões de género, direitos sexuais e reprodutivos, princípios éticos e educação não sexista, dos quais 61 já estão a fazer a réplica em 32 escolas; Mulheres e raparigas foram engajadas no processo de observação eleitoral (gender sensitive).

### 5.5 Estratégia de Comunicação

A estratégia de comunicação do CIP visa aumentar a notoriedade e visibilidade no país. Neste período, conseguiu-se:

- a) Aumentar o número de seguidores, de 26.000 para 53.000 nas redes sociais, graças à campanha “Eu Não pago Dívidas Ocultas – Nem com Gás”;
- b) Aumentar o número de seguidores no facebook, de 26.000 para 53.000, sendo 76% homens e 24% mulheres (39,696 em Maputo, seguido de 3.293 na Beira e 2.210 em Nampula);
- c) Aumentar o número de seguidores no twitter, de 2,500 para 6,138 (75% homens e 25% mulheres), com tweets constantes das publicações do CIP;
- d) Aumentar o número de visualizações na página do CIP, de 1,910 para 88,138.
- e) Com a campanha mencionada acima, reactivar o canal do Youtube e com a cobertura

do julgamento de Jean Boustani registou-se 1,950 subscrições no Youtube, com uma notoriedade de 9,400 visualizações no canal.

### 5.6 Programa de Saúde

Para este programa, foram rastreadas e expostas as injustiças do sector de saúde. Em conjunto com o Ministério da Saúde (MISAU) e com a Central de Medicamentos e Artigos Médicos (CMAM) foram realizadas acções de engajamento para a mudança de abordagem na implementação do Plano Estratégico da Logística Farmacêutica-PELF (maior abertura para o acesso à informação), que levou à melhoria na disponibilização de medicamentos nos depósitos das províncias, distritos e unidades sanitárias.

## 6. Administração e Finanças

A administração & finanças é uma área chave em qualquer instituição e ao CIP exige-se uma contínua melhoria da governação e gestão interna, mais clareza dos processos e cumprimento dos procedimentos internos, cumprimento dos acordos de parceria e observância das normas internacionalmente aceites. Os programas do CIP têm autonomia na gestão dos fundos orçamentados e aprovados, cabendo à administração & finanças o dever de supervisionar, apoiar e dirigir metodologicamente a realização da despesa.

### 6.1 Desenvolvimento Institucional

O ano de 2019 foi caracterizado por uma dinâmica em volta dos resultados das recomendações do midterm evaluation report, bem como na prossecução das recomendações do último retiro e da auditoria de 2018. Assim, foi elaborada e partilhada com os parceiros a

matriz de recomendações do relatório do midterm evaluation. No âmbito da revisão dos instrumentos de governação interna e de recursos humanos, foram produzidas as seguintes políticas: Denúncia e Protecção de Denunciantes, Prevenção de Conflitos de Interesse e Política de Segurança e Saúde no Local de Trabalho e foram revistas as seguintes políticas: Código de Conduta, Desenvolvimento de Recursos Humanos; Assédio Sexual e a Salarial e Retribuições que, como o CIP implementa a gestão participativa, foram todas comentadas pelos colaboradores e pelos membros da Assembleia Geral, de modo a harmonizá-las com o pensamento institucional.

## 6.2 Gestão de Recursos Humanos

O CIP procura apostar na constituição de uma equipa coesa, motivada e orientada para um objectivo comum, investindo nas novas gerações de profissionais e promovendo a igualdade de oportunidades e de género. O CIP terminou o ano de 2019 com 17 colaboradores, dos quais 9 são do sexo feminino e 8 do sexo masculino. Para além dos 17 colaboradores efectivos, o CIP contou com 5 contratados especificamente para o projecto eleitoral.

## Órgãos Sociais

A AG reuniu ordinariamente no dia 06 de Junho de 2019, das 16h20mn às 17h50mn, tendo estado presentes 7 membros e ausentes 3 membros, com a seguinte agenda: (i) Apresentação e aprovação do Relatório Anual de Actividades e Contas de 2018; (ii) Apresentação e aprovação do Plano Estratégico revisto; (iii) Plano de aquisição de edifício para escritório do CIP. Todos os documentos submetidos à apreciação foram aprovados

A direcção do CIP aproveita a oportunidade para agradecer aos parceiros pelo apoio prestado ao longo do ano de 2019, pois foi graças a esse apoio que o CIP alcançou os resultados apresentados neste relatório.

O Conselho de Direcção



Edson Cortês



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade  
"PROJECTO - JOINT ARRANGEMENT"

MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA O ANO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em USD - Dólares Americanos)

Descrição	Orçamento 2019	Real 2019	Execução orçamental em %	Execução orçamental em valor absoluto	Notas
<b>Fundos Recebidos</b>					
Saldo inicial	350 795	350 795	100%	0	
Embaixada da Noruega	577 335	577 335	100%	0	
Adiantamento para actividades de 2020	0	373 567	NA	(373 567)	*
Embaixada dos Países Baixos	224 270	224 270	100%	0	
OXFAM (AGIRI)	409 676	409 676	100%	0	
Cooperação Suíça	773 504	773 504	100%	0	
DFID	954 118	954 118	100%	0	
<b>Total de Fundos</b>	<b>3 289 697</b>	<b>3 663 264</b>	<b>111%</b>	<b>(373 567)</b>	
<b>Programas</b>					
<b>1. Recursos Naturais e Indústria Extractiva</b>	<b>480 616</b>	<b>484 592</b>	<b>101%</b>	<b>(464 592)</b>	
1.1 Governação do Sector Extractivo	186 575	190 568	102%	(3 993)	
1.2 Programa de Accountability em Cabo Delgado	294 041	294 023	100%	18	
<b>2. Procurement Publico</b>	<b>155 661</b>	<b>107 362</b>	<b>69%</b>	<b>48 299</b>	
2.1 Parcerias Publico - Privadas	75 000	43 750	58%	31 250	(a)
2.2 Jornalismo Investigativo	80 661	63 612	79%	17 049	(b)
<b>3. Rendimento e Despesas Públicas</b>	<b>471 448</b>	<b>446 474</b>	<b>95%</b>	<b>24 974</b>	
3.1 Recolha e Despesas Públicas	202 106	172 180	85%	29 925	(c)
3.2 Rastreio da Despesa Pública - Subvenções	50 000	54 520	109%	(4 520)	
3.3 Dívidas Ocultas	200 000	198 524	99%	1 476	
3.4 Fecho do Programa Mais Vida	19 338	21 250	110%	(1 911)	
<b>4. Instituições Democráticas de Controlo e Quadro regulador</b>	<b>179 268</b>	<b>184 721</b>	<b>103%</b>	<b>(5 453)</b>	
Relatório de Governação e Integridade	41 397	39 575	96%	1 822	
Relatório Controlo da Corrupção em Moçambique	30 000	32 946	110%	(2 946)	
Pesquisas e Análise	10 000	6 357	64%	3 643	(d)
Honorários de Pesquisa	97 871	105 843	108%	(7 971)	
<b>5. Eleicoes</b>	<b>980 712</b>	<b>985 212</b>	<b>100%</b>	<b>(4 500)</b>	
<b>Noruega Projecto Eleitoral</b>	<b>541 812</b>	<b>546 413</b>	<b>101%</b>	<b>(4 601)</b>	
Equipa Principal	316 337	317 234	100%	(897)	
Sala da redação - news room	25 863	31 250	121%	(5 387)	(e)
Correspondentes eleitorais primeiros pagamentos - correio	94 800	93 517	99%	1 283	
Formação dos correspondentes em 10 Provincias	79 011	78 865	100%	146	
Participação do Programa nas Despesas Administrativas	25 801	25 548	99%	253	
<b>DFID Projecto Eleitoral</b>	<b>438 901</b>	<b>438 799</b>	<b>100%</b>	<b>102</b>	
Correspondentes eleitorais segundo pagamento	164 514	166 633	101%	(2 120)	
Sala da redação - news room - Apr-Dec	23 813	23 701	100%	112	
Rádios comunitárias	102 390	104 890	102%	(2 500)	
Manual de Observação	43 348	38 449	89%	4 899	(f)
Outward face - web, facebook, security	13 611	14 744	108%	(1 133)	
Seguranças	21 164	21 011	99%	153	
Assistência técnica informática	14 979	13 629	91%	1 349	
Design, Maquetização & Lay out	13 926	14 898	107%	-972	
Despesas com a Página web	20 256	19 884	98%	372	
Participação do Programa nas Despesas Administrativas	20 900	20 960	100%	(60)	
<b>6. Impressão de Estudos e Pesquisas</b>	<b>50 000</b>	<b>37 875</b>	<b>76%</b>	<b>12 125</b>	
<b>7. Monitoria, Avaliação &amp; Aprendizagem</b>	<b>90 787</b>	<b>89 251</b>	<b>98%</b>	<b>1 535</b>	
Estudo de base - Indicadores de Impacto e de Progresso	25 500	31 250	118%	(4 750)	(g)
Licenças de Plataformas	1 800	1 626	90%	174	
Viagens de monitoria aos parceiros do CIP	6 230	0	0%	6 230	(h)
Honorários	56 257	56 375	100%	(119)	



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade  
"PROJECTO - JOINT ARRANGEMENT"

MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em USD - Dólares Americanos)

<b>8. Viagens Nacionais e Internacionais</b>	<b>30 000</b>	<b>26 461</b>	<b>88%</b>	<b>3 539</b>	
8.1 Viagens Nacionais	10 000	3 512	35%	6 488	(i)
8.2 Viagens Internacionais	20 000	22 949	115%	(2 949)	(j)
<b>9. Comunicação e Imagem Institucional</b>	<b>5 108</b>	<b>4 538</b>	<b>89%</b>	<b>570</b>	
Mail List, Twitter & Facebook e Publicidade em Jornais	5 108	4 538	89%	571	(k)
<b>10. Outras Despesas</b>	<b>846 097</b>	<b>745 316</b>	<b>88%</b>	<b>100 781</b>	
10.1 Material de Escritório e Consumíveis	10 000	8 864	89%	1 136	(l)
10.2 Despesas Bancárias	2 000	1 677	79%	423	(l)
10.3 Renda do Escritório	70 326	61 395	87%	8 930	(l)
10.4.1 Segurança do Escritório	16 000	14 041	88%	1 959	(l)
10.5 Telefones, Fax e PBX, Internet & Assistência Inform	24 667	10 377	42%	14 290	(l)
10.6 Água e Electricidade	6 067	5 592	92%	475	
10.7 Manutenção & Reparação do Escritório	3 000	2 876	96%	124	
10.8 Combustíveis, Lubrificantes & Manutenção & Repa	10 600	9 705	92%	895	
10.9 Seguro de Viaturas	1 167	765	66%	401	(l)
10.10 Auditoria Externa	25 000	21 060	84%	3 940	(m)
<b>10.11 Salários &amp; Benefícios</b>	<b>515 271</b>	<b>487 762</b>	<b>95%</b>	<b>27 509</b>	
10.11.1 Salários e Encargos	493 021	466 054	95%	26 967	
10.11.2 Assistência Médica & Medicamentosa	10 450	7 391	71%	3 059	(n)
10.11.3 Subsídio de Comunicações	4 000	7 635	191%	(3 635)	(o)
10.11.4 Subsídio de Combustível	7 800	6 683	86%	1 117	(p)
10.12 Serviços Externos	7 000	4 995	71%	2 005	(a)
<b>10.13 Desenvolvimento Institucional</b>	<b>155 000</b>	<b>97 020</b>	<b>63%</b>	<b>57 980</b>	
10.13.1 Revisão e concepção de instrumentos Normas	12 500	-	0%	12 500	
10.13.2 Consultoria para o Mapeamento de Competênc	12 500	8 470	68%	4 030	(R )
10.13.3 Consultoria para a integração do género na ins	13 500	2 475	18%	11 025	(s)
10.13.4 Desenho da Política de HIVSIDA	5 000	1 250	25%	3 750	(t)
10.13.5 Retiro anual & team building	25 000	25 743	103%	(743)	
10.13.6 Formação & Desenvolvimento do Pessoal	86 500	59 082	68%	27 418	(u)
<b>Diferenças cambiais desfavoráveis</b>	<b>0</b>	<b>19 287</b>	<b>#DIV/0!</b>	<b>(19 287)</b>	(v)
<b>Total de Despesas</b>	<b>3 289 697</b>	<b>3 111 602</b>			
<b>Excesso de Receitas/Despesas</b>	<b>0</b>	<b>551 462</b>			



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade  
"PROJECTO - JOINT ARRANGEMENT"

MAPA DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em USD - Dólares Americanos)

Descrição	Notas	Orçamento 2019	Real 2019	Saldo em 31-Dez-2019	Real 2018
<b>RECEBIMENTOS</b>	<b>3</b>				
Saldo inicial	3.1	350 795	350 795	-	109 277
Recebimentos do ano	3.2	2 938 902	2 938 902	-	2 631 820
Adiantamento para actividades de 2020	3.3	-	373 567	(373 567)	-
Outros		-	2 630	(2 630)	-
<b>Total de fundos</b>		<b>3 289 697</b>	<b>3 665 894</b>	<b>(376 197)</b>	<b>2 741 097</b>
<b>PAGAMENTOS</b>	<b>4</b>				
<b>Programas</b>	<b>4.1</b>				
Recursos naturais e indústria extractiva	4.1.1	480 616	484 592	(3 976)	359 630
Procurement público	4.1.2	155 661	107 362	48 299	177 112
Rendimento e despesas públicas	4.1.3	471 448	446 474	24 974	479 737
Instituições democráticas de controlo e quadro regulador	4.1.4	179 268	184 721	(5 453)	169 142
Eleições	4.1.5	980 712	985 212	(4 500)	111 549
Impressão de estudos e pesquisas	4.1.6	50 000	37 875	12 125	-
Monitoria, avaliação & aprendizagem	4.1.7	90 787	89 251	1 536	-
Viagens nacionais & internacionais	4.1.8	30 000	26 461	3 539	18 343
Comunicação e imagem institucional	4.1.9	5 108	4 538	570	-
Outras despesas	4.1.10	846 097	747 946	98 151	1 074 789
<b>Total de pagamentos</b>		<b>3 289 697</b>	<b>3 114 432</b>	<b>175 265</b>	<b>2 390 302</b>
<b>Excesso de Recebimentos(Pagamentos)</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>551 462</b>	<b>(551 462)</b>	<b>350 795</b>
<b>Representado por:</b>					
Caixa e bancos	5.1		585 722		352 409
Devedores	5.2		10 702		8 852
Credores	5.3		(44 962)		(10 456)
			<b>551 462</b>		<b>350 795</b>

O Conselho de Direcção

Edson Cortés

O Contabilista

Lenine Daniel



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade  
"PROJECTO - JOINT ARRANGEMENT"

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticals)

1. INTRODUÇÃO

O CIP - Centro de Integridade Pública de Moçambique, é uma pessoa colectiva de direito privado dotada de personalidade jurídica do tipo associação sem fins lucrativos, não partidária, independente com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A Missão do CIP é de promover a integridade na esfera pública em Moçambique através da denúncia da corrupção e de irregularidades em geral e da advocacia da consciencialização pública e a favor das boas práticas na gestão do bem comum.

Em 23 de Outubro de 2019 foi assinado um Memorando de Entendimento (Mou) entre os Parceiros e o CIP com o objectivo de financiar o Plano Estratégico do CIP no período de cinco anos (2019-2023), através do Projecto - Joint Funding Arrangement.

O projecto - "Joint Funding Arrangement", financiado conjuntamente por cinco Doadores nomeadamente, Department For International Development (DFID), Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC), Embaixada da Noruega, Embaixada da Holanda, e OXFAM, tem vindo a ser implementado pelo CIP, uma organização da Sociedade Civil Moçambicana que actua na área da Governação através da pesquisa, advocacia e monitoria. O referido Memorando estabelece regras formais para:

- assegurar que existe um mecanismo sustentável do financiamento e comunicação para o apoio efectivo e eficiente da implementação do Programa, incluindo uma indicação compreensiva de todas as fontes de financiamento.
- Harmonizar as regras de parceiros com vista a minimizar os custos das transacções e carga administrativa para CIP e Parceiros.
- Formalizar um sistema único de monitoria, avaliação, revisão e reporting que satisfaz as exigências de todas as partes.
- Estabelecer um Código de Conduta de Parceiros em relação ao CIP.
- Estabelecer responsabilidades e obrigações do CIP para os Parceiros.
- Assegurar que cada parte em relação a este Memorando pode cumprir as suas próprias responsabilidades e exigências internas enquanto opera dentro destas regras.

Plano Estratégico (2019/2013) do CIP tem os seguintes objectivos globais:

(i) Induzir a boa governação, integridade e transparência nas políticas e práticas públicas, assim como nas empresas mais relevantes.

(ii) Exposição de casos de corrupção e a consciencialização pública.

Para o ano de 2019 o CIP contou com fundos alocados pelos Parceiros/Doadores acima referidos num total de cerca de USD

3 665 894.

Department For International Development (DFID)

O CIP assinou em 13/08/2018 um acordo de financiamento por 5 anos, através do qual o DFID irá contribuir com um total de 2.500.000 Libras para o fundo comum na implementação do Plano Estratégico do CIP 2019-2023.

Em 12/04/2019 o CIP assinou um acordo com o DFID no valor de 350.000 Libras para o financiamento do processo eleitoral moçambicano de 2019.

Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC)

O CIP assinou em 1/8/2019 um acordo de financiamento por 4 anos, através do qual a SDC irá contribuir com um total de USD 2.800.000 para o fundo comum na implementação do Plano Estratégico do CIP 2019-2023.

Embaixada da Noruega

O CIP assinou em 5/07/2018 um acordo de financiamento por 2 anos, através do qual a Embaixada da Noruega irá contribuir com um total de NOK 5.500.000,00 para a cobertura do processo eleitoral e um contrato de NOK 35.000.000,00 para a implementação do Plano Estratégico do CIP 2019-2023.

Embaixada da Holanda

O CIP assinou em 2016 um acordo de financiamento por 4 anos, através do qual a Embaixada da Holanda irá contribuir com um total de 765.071,74 USD para o fundo comum tendo em vista o financiamento das actividades do programa de Accountability em Cabo Delgado.

OXFAM

O CIP assinou em 1/11/2018 um acordo de financiamento por 2 anos, através do qual a OXFAM irá contribuir com um total de 919.569,82 EUROS para o fundo comum visando a implementação do Plano Estratégico do CIP 2019-2023.

**2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

**(a) Base de preparação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a convenção do custo histórico e da base de caixa. Nesta base, as receitas são reconhecidas aquando do seu recebimento, independentemente da data de ocorrência dos ganhos, sendo as despesas registadas aquando do seu pagamento, independentemente da data da ocorrência das obrigações.

**(b) Equipamentos e materiais**

Os equipamentos e materiais são considerados como despesas da Associação pelo valor da compra e na data do seu pagamento. Para além dos registos contabilísticos, o Conselho de Direcção da organização, mantém um inventário actualizado dos equipamentos e materiais duradouros.

**(c) Moeda de relato e transacções em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras estão expressas em Meticals. As transacções efectuadas em moeda estrangeira são convertidas para Meticals, utilizando a taxa de câmbio da data da transacção. As diferenças de câmbio apuradas, são registadas em despesas ou receitas. Para efeitos do reporting aos Doadores as contas são convertidas em USD utilizando a taxa de câmbio média mensal do Standard Bank.

**(d) Recebimentos**

Os fundos recebidos compreendem doações/ donativos recebidos no âmbito dos acordos de parcerias celebrados com os Doadores e outros parceiros da Organização.

**(e) Pagamentos**

Os pagamentos são reconhecidos quando os bens ou serviços são fornecidos. A alocação dos pagamentos pelas diferentes categorias de despesas é baseada na classificação orçamental original em USD.

**3. RECEBIMENTOS**

Esta rubrica compreende o saldo de fundos disponíveis no início do ano, os fundos recebidos no exercício e outros recebimentos no ano.

**3.1 Saldo Inicial**

Os fundos disponíveis no início do ano são apresentados como segue:

	1-Jan-2019	1-Jan-2018
<b>Caixa:</b>		
Caixa pequena	49	66
	49	66
<b>Depósitos à ordem:</b>		
Standard Bank - MZM	2 949	22 638
Standard Bank - USD	349 411	182 347
	352 360	204 985
<b>Devedores:</b>		
Adiantamentos	2 904	406
Devedores colaboradores	5 948	-
	8 852	406
	361 261	205 457
Credores	(10 466)	(96 180)
	<b>350 795</b>	<b>109 277</b>



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade  
"PROJECTO - JOINT ARRANGEMENT"

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticals)

3.2 Recebimentos do ano

Os fundos recebidos durante o ano analisam-se como segue:

	Orçamento 2019	Real 2019	Saldo em 31-Dez-2019	Real 2018
Embaixada da Noruega	577 335	577 335	-	641 987
Embaixada dos Países Baixos (Holanda)	224 270	224 270	-	259 217
OXFAM (AGRII)	409 678	409 676	-	463 439
Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação (SDC)	773 603	773 503	-	626 127
Department For International Development (DFID)	664 118	664 118	-	641 050
	<b>2 938 902</b>	<b>2 938 902</b>	<b>-</b>	<b>2 631 820</b>

3.3 Adiantamentos para actividades de 2020

Os recebimentos contabilizados nesta rubrica compreendem o valor de USD 373.567, recebido em 29 de Novembro de 2019 da Embaixada da Noruega.

4. PAGAMENTOS

Incluem os pagamentos efectuados, ou por efectuar, pela Organização, no ano em análise, nas diversas rubricas orçamentais.

4.1 Programas

Nesta rubrica estão resumidas as despesas incorridas no exercício com as diversas actividades programáticas da organização:

4.1.1 Recursos naturais e indústria extractiva

O montante registado nesta rubrica analisa-se como segue:

	Orçamento 2019	Real 2019	Saldo em 31-Dez-2019	Real 2018
Governação do sector extractivo	186 575	190 568	(3 993)	157 587
Programa de accountability em Cabo Delgado	294 041	294 024	17	202 043
	<b>480 616</b>	<b>484 592</b>	<b>(3 976)</b>	<b>359 630</b>

4.1.2 Procurement público

O montante reflectido nesta rubrica apresenta-se como segue:

	Orçamento 2019	Real 2019	Saldo em 31-Dez-2019	Real 2018
Parcerias Público - Privadas	75 000	43 750	31 250	84 697
Journalismo Investigativo	80 661	63 612	17 049	92 415
	<b>155 661</b>	<b>107 362</b>	<b>48 299</b>	<b>177 112</b>



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade  
"PROJECTO - JOINT ARRANGEMENT"

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticals)

4.1.3 Rendimento e despesas públicas

As despesas contabilizadas nesta rubrica incluem:

	Orçamento 2019	Real 2019	Saldo em 31-Dez-2019	Real 2018
Receitas e despesas públicas	202 109	172 180	29 929	205 412
Rastreo da despesa pública - Subvenções	50 000	54 520	(4 520)	95 888
Diárias ocultas	200 000	198 524	1 476	-
Fecho do Programa Mais Vida	19 339	21 250	(1 911)	178 437
	<b>471 448</b>	<b>446 474</b>	<b>24 974</b>	<b>479 737</b>

4.1.4 Instituições democráticas de controlo e quadro regulador

As despesas registadas nesta rubrica analisam-se como segue:

	Orçamento 2019	Real 2019	Saldo em 31-Dez-2019	Real 2018
Relatório de governação e integridade	41 397	39 575	1 822	-
Relatório d controlo da corrupção em Moçambique	30 000	32 946	(2 946)	-
Pesquisas e análise	10 000	6 357	3 643	-
Honorários de pesquisa	97 871	105 843	(7 972)	-
Diversos	-	-	-	169 142
	<b>179 268</b>	<b>184 721</b>	<b>(5 453)</b>	<b>169 142</b>

4.1.5 Eleições

As despesas contabilizadas nesta rubrica integram:

	Orçamento 2019	Real 2019	Saldo em 31-Dez-2019	Real 2018
<b>Noruega Projecto Eleitoral:</b>				
Equipa principal	316 337	317 234	(897)	-
Sala da redação - news room	25 863	31 250	(5 387)	-
Correspondentes eleitorais primeiros pagamentos	94 800	93 517	1 283	-
Formação dos Correspondentes em 10 Provincias	79 011	78 865	146	-
Comparticipação do Programa nas despesas administrativas do CIP (5%)	25 800	25 547	253	-
Diversos	-	-	-	111 549
	<b>541 811</b>	<b>546 413</b>	<b>(4 602)</b>	<b>111 549</b>
<b>DFID Projecto Eleitoral:</b>				
Correspondentes eleitorais segundo pagamento	164 514	166 633	(2 120)	-
Sala da redação - news room - Apr-Dec	23 813	23 701	112	-
Rádios comunitárias	102 390	104 890	(2 500)	-
Manual de observação	43 348	38 449	4 899	-
Outward face - web, facebook, security	13 611	14 744	(1 133)	-
Seguranças	21 164	21 011	153	-
Assistência técnica informática	14 979	13 629	1 349	-
Design, maquetização & Lay out	13 926	14 898	(972)	-
Despesas com a página web	20 256	19 884	372	-
Comparticipação do Programa nas despesas administrativas do CIP (5%)	20 900	20 960	(60)	-
	<b>438 901</b>	<b>438 799</b>	<b>102</b>	<b>-</b>
	<b>980 712</b>	<b>985 212</b>	<b>(4 500)</b>	<b>111 549</b>



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade  
"PROJECTO - JOINT ARRANGEMENT"

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticais)

4.1.6 Impressão de estudos e pesquisas

As despesas de investimentos incorridas no ano apresentam-se como segue:

	Orçamento 2019	Real 2019	Saldo em 31-Dez-2019
Impressão de estudos e pesquisas	50 000	37 875	12 125
	<b>50 000</b>	<b>37 875</b>	<b>12 125</b>

4.1.7 Monitoria, avaliação & aprendizagem

As despesas incorridas nesta rubrica analisam-se como segue:

	Orçamento 2019	Real 2019	Saldo em 31-Dez-2019
Estudo de base - indicadores de impacto e de progresso	26 500	31 250	(4 750)
Licenças de plataformas	1 800	1 626	174
Viagens de monitoria aos parceiros do CIP	6 230	-	6 230
Honorários	56 257	56 375	(118)
	<b>90 787</b>	<b>89 251</b>	<b>1 536</b>

4.1.8 Viagens nacionais & internacionais

As despesas incorridas nesta rubrica apresentam-se como segue:

	Orçamento 2019	Real 2019	Saldo em 31-Dez-2019	Real 2018
Viagens nacionais	10 000	3 512	6 488	-
Viagens internacionais	20 000	22 949	(2 949)	18 343
	<b>30 000</b>	<b>26 461</b>	<b>3 539</b>	<b>18 343</b>

4.1.9 Comunicação e imagem institucional

As despesas incorridas nesta rubrica analisam-se como segue:

	Orçamento 2019	Real 2019	Saldo em 31-Dez-2019
Mail List, Twitter & Facebook e publicidade em jornais e rádios comunitárias	5 108	4 538	570
	<b>5 108</b>	<b>4 538</b>	<b>570</b>



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade  
"PROJECTO - JOINT ARRANGEMENT"

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticais)

4.1.10 Outras despesas

As despesas incorridas nesta rubrica têm a seguinte decomposição:

	Orçamento 2019	Real 2019	Saldo em 31-Dez-2019	Real 2018
Material de escritório e consumíveis	10 000	8 864	1 136	11 957
Despesas bancárias	2 000	1 576	424	3 525
Renda do escritório	70 326	61 395	8 931	61 395
Segurança do Escritório	16 000	14 041	1 959	10 942
Telefones, fax e PBX, internet & assistência informática	24 667	10 377	14 290	29 489
Água e electricidade	6 067	5 992	475	4 957
Manutenção & reparação do escritório	3 000	2 876	124	1 664
Combustíveis, lubrificantes & manutenção & reparação de viaturas	10 600	9 705	895	4 071
Seguro de viaturas	1 166	765	401	1 199
Auditoria externa	25 000	21 060	3 940	12 281
Diversos	-	-	-	71 411
	<b>168 826</b>	<b>136 252</b>	<b>32 574</b>	<b>212 891</b>
<b>Salários &amp; benefícios:</b>				
Salários & encargos	493 021	466 054	26 967	738 681
Assistência médica & medicamentosa	10 450	7 391	3 059	-
Subsidio de comunicações	4 000	7 635	(3 635)	2 116
Subsidio de combustível	7 800	6 683	1 117	6 538
Serviços externos	7 000	4 995	2 005	3 904
	<b>522 271</b>	<b>492 758</b>	<b>29 513</b>	<b>751 239</b>
<b>Desenvolvimento institucional:</b>				
Revisão e concepção de instrumentos normativos	12 500	-	12 500	-
Consultoria para o mapeamento de competências	12 500	6 470	4 030	-
Consultoria para a integração do género na instituição e produtos	13 500	2 475	11 025	-
Desenho da política de HIV/SIDA	5 000	1 250	3 750	-
Retiro anual & team building	25 000	25 743	(743)	-
Formação & desenvolvimento do pessoal	86 500	59 081	27 419	-
Diversos	-	-	-	100 916
	<b>155 000</b>	<b>97 019</b>	<b>57 981</b>	<b>100 916</b>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	21 917	(21 917)	9 743
	<b>846 097</b>	<b>747 946</b>	<b>98 151</b>	<b>1 074 789</b>

No final do exercício o CIP contava com 15 trabalhadores do quadro (14 trabalhadores no final de 2018).



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

"PROJECTO - JOINT ARRANGEMENT"

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticais)

## 5. SALDO FINAL

O saldo desta rubrica compreende o seguinte:

### 5.1 Caixa e bancos

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
<b>Caixa:</b>		
Caixa pequena	71	49
	71	49
<b>Bancos:</b>		
<b>Depósitos à ordem:</b>		
Standard Bank - MZM	9 176	2 949
Standard Bank - USD	576 475	349 411
	585 651	352 360
	<b>585 722</b>	<b>352 409</b>

### 5.2 Devedores

O saldo reflectido nesta rubrica apresenta-se como segue:

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Adiantamentos a colaboradores (viagens em missão de serviço)	6 384	2 904
Devedores colaboradores (adiantamentos de salários)	4 318	5 948
	<b>10 702</b>	<b>8 852</b>

### 5.3 Credores

O saldo reflectido nesta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Rendimentos do trabalho dependente	23 659	4 316
Rendimentos profissionais	17 428	2 158
Rendimentos prediais	781	22
Contribuição ao INSS	3 094	3 970
	<b>44 962</b>	<b>10 466</b>



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

"PROJECTO - JOINT ARRANGEMENT"

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticais)

## 6. IMPOSTOS

As Autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Organização durante um período de dez anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimentos pontuais da legislação fiscal, nomeadamente em sede do Imposto de Rendimento Pessoal Singular (IRPS), Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e Taxas Libertórias, eventuais correções.

Contudo, a Organização espera ter cumprido adequadamente com todas as suas obrigações fiscais, pelo que possíveis correções à matéria colectável declarada, decorrentes dessas revisões, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

## 7. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de 31 de Dezembro de 2019 até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para o CIP, afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

O Conselho de Direcção

Edson Cortês

O Contabilista

Lenine Daniel

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento do disposto nas alíneas A e B do artigo 17 dos Estatutos do Centro de Integridade Pública, adiante designado por CIP, o Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, vem apresentar o relatório sobre a sua actividade fiscalizadora.

O Conselho Fiscal acompanhou com a periodicidade e a extensão que considera adequada, a evolução das actividades do CIP, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obteve, sempre que solicitado, os devidos esclarecimentos e informações do Conselho de Direcção e das diversas áreas do CIP.

O Relatório Financeiro, compreendendo a Execução Orçamental e a posição Financeira do CIP e todos movimentos contabilísticos estão alinhados com as disposições legais em vigor e com os contratos bilaterais e MoU assinados entre o CIP e seus Parceiros de Financiamento, não tendo verificado situações ou quaisquer actos que violem os Estatutos, propõe-se que o referido relatório financeiro e o de actividades do ano de 2019 sejam aprovados.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- Se aprove a Execução Orçamental e a posição Financeira do CIP que vos são apresentadas.

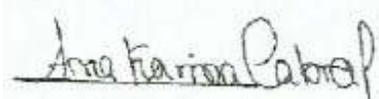
O Conselho Fiscal expressa o seu voto de louvor e confiança aos membros da Direcção e todos colaboradores pela dedicação, empenho, profissionalismo e competência com que exerceram as funções durante o ano de 2019, na linha do que se exige ao CIP.

Maputo, 31 de Janeiro de 2020



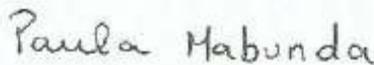
Alfredo Binda

*Presidente*



Ana Carina Cabral

*Vogal*



Paula Mabunda

Vogal

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

A Direcção do

CIP - CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do CIP - Centro de Integridade Pública (a Entidade), para o “Projecto - Joint Arrangement” financiado pelos diversos Doadores, que compreendem a Posição financeira em 31 de Dezembro de 2019, o Mapa de Recebimentos e Pagamentos e o Mapa de Execução Orçamental relativos ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas da Entidade estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com os princípios contabilísticos divulgados na Nota 2 e normas de gestão acordadas com os Doadores.

Para além da nossa opinião, executamos também outros procedimentos conforme o previsto no âmbito do trabalho acordado no contrato de auditoria assinado com o Doador e concluímos que no período em análise:

- a) os relatórios financeiros emitidos no período em análise se apresentam numa forma verdadeira e apropriada; e
- b) os fundos recebidos no período em análise foram usados de acordo com os objectivos acordados no plano estratégico do CIP - Centro de Integridade Pública.

### Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## Responsabilidades do Conselho de Direcção pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Direcção é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos divulgados na Nota 2 e normas de gestão acordadas com os Doadores, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, o Conselho de Direcção é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Direcção tenha a intenção de liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Direcção é também responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Entidade.

## Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho da Direcção.

- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho da Direcção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos ao Conselho de Direcção, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Direcção que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos ao Conselho de Direcção, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Paulo Reis.

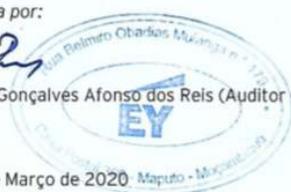
**ERNST & YOUNG, LDA.**

*Sociedade de Auditores Certificados*

*Representada por:*



Paulo Jorge Gonçalves Afonso dos Reis (Auditor Certificado nº 34)



Maputo, 5 de Março de 2020

PARCEIROS:

